

ANTÔNIO CORRÊA DE LACERDA
ESTADO DE SÃO PAULO
Avante soldados, para trás 28 JUN 1995



**Abertura da
economia
articulada
com uma
política
industrial**

O governo decidiu limitar as importações de automóveis e a medida tem gerado um interessante debate entre os analistas econômicos. Impor cotas restritivas de importações pode ser uma medida pouco simpática internacionalmente e prejudicial ao consumidor, no mercado interno. No entanto, é um mal necessário para evitar um mal ainda maior, representado pelo risco potencial de uma crise cambial. Na verdade, restringir importações é um equívoco decorrente de uma sucessiva série de outros equívocos não menos importantes. O primeiro deles é a insistente política de valorização do real diante do dólar, intensificada a partir da entrada do real, que se constitui numa das principais âncoras do combate à inflação no Brasil.

O segundo grande erro deve ser debitado ao afoito ex-ministro Ciro Gomes quando, rompendo acordos no âmbito da Câmara Setorial Automotiva internamente e, externamente, do Mercosul e Organização Mundial do Comércio (OMC), reduziu abrupta e unilateralmente o imposto de importação de 32% para 20%, antecipando um cronograma anteriormente acordado. Com o dólar barato e a redução do imposto, o que se seguiu foi uma avalanche de carros importa-

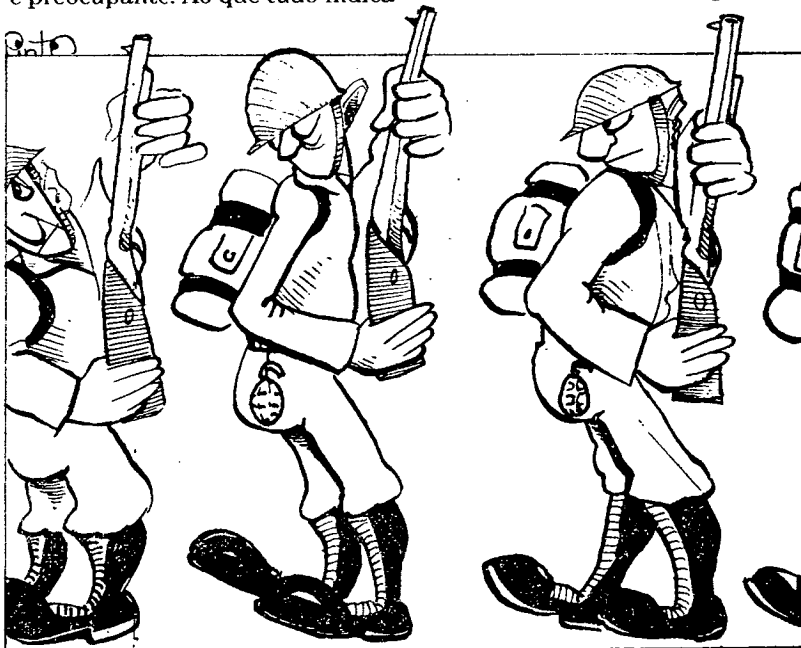
dos na economia brasileira, o que não é de todo ruim, principalmente do ponto de vista do consumidor, que passou a ter maiores opções de compra a preços competitivos; além do que isso acirrou a disputa do mercado interno. Mas como não existe almoço grátis em economia, a conta veio amarga demais, com os sucessivos déficits na balança comercial.

Desde novembro do ano passado, a balança comercial brasileira apresenta saldo negativo e isso é preocupante. Ao que tudo indica

difficilmente conseguiremos reverter um déficit no acumulado de 1995. Como a nossa balança de serviços deve demandar cerca de US\$ 15 bilhões este ano, isso significaria um déficit em contas correntes a ser coberto com capitais externos, que, em sua maioria, se têm mostrado voláteis. Tentando emendar o soneto, o novo governo restabeleceu o imposto de 32% que vigia anteriormente e, como não surtisse efeito no desejado arrefecimento da "fúria consumista" dos brasileiros, resolveu punitivamente elevar o mesmo para 70%! Como a parcela dos brasileiros que tem renda para comprar carro importado está pouco preocupada com essa elevação, principalmente depois do "efeito demonstração" da invasão de carros importados,

a elevação do imposto foi uma medida inócua para o objetivo proposto.

Restringir importações é ruim, mas muito pior é uma crise cambial (vide México). No entanto, é preciso dizer que tudo isso não passa de um paliativo para escamotear a questão principal: a moeda brasileira está sobrevalorizada e a conta que está sendo paga por isso é muito alta, deterioração da balança comercial, pelo câmbio valorizado e inviabilização da produção local e investimentos, pelos altos juros reais, não é uma combinação sadia. Ainda é tempo de reverter essa situação temerária e arriscada para a economia brasileira. Estabilização é muito bom, mas desenvolvimento é melhor ainda. Mais do que uma inflação baixa, é preciso viabilizar a produção para gerar mais emprego e renda. Da mesma forma, uma abertura da economia articulada com um objetivo de política industrial é importante instrumento na busca de maior competitividade e ampliação do mercado. Que fique a lição do episódio de que, em se tratando de abertura da economia, imposto de importação e taxa de câmbio, é preciso parcimônia e moderação, já que precipitações e erros no timing e na dosagem tendem a levar a custos econômicos e sociais elevados, cuja correção também custa caro.



■ Antônio Corrêa de Lacerda, economista, é presidente do Conselho Regional de Economia (Corecon-SP) e professor da PUC-SP